

**PRÁTICAS DE PSICÓLOGAS(OS) ESCOLARES NA REDE PÚBLICA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS
PUBLICADAS A PARTIR DA LEI N° 13.935/2019**

Luísa Marcondes Santos Monteiro¹

Celso Francisco Tondin²

RESUMO: A implementação da Lei n° 13.935/2019, que dispõe sobre os serviços de Psicologia e Serviço Social na educação básica pública, intensificou o debate sobre a atuação em Psicologia Escolar. Este artigo tem como objetivo analisar informações sobre as práticas das(os) psicólogas(os) escolares em redes públicas de educação básica veiculadas em produções científicas publicadas a partir de 2019. Por meio de revisão integrativa de literatura foram selecionados 19 artigos, analisados em duas etapas: a primeira, quanto às características gerais dos textos: localização da instituição da(o) primeira(o) autora(r), localização da sede do periódico, ano de publicação do artigo, referenciais teóricos do artigo, objetivo e tipo da pesquisa; e a segunda, quanto às práticas de psicólogas(os) escolares, agrupadas, a partir da análise de conteúdo, em quatro categorias: intervenções com estudantes, intervenções com famílias, intervenções com equipes pedagógicas, e atuação política. Destacam-se práticas críticas que priorizam ações coletivas, que promovem o protagonismo estudantil e a construção de vínculos com a comunidade escolar; bem como ações de formação continuada com equipes pedagógicas. Intervenções com famílias foram menos frequentes, e nessas devem ser usadas estratégias dialógicas e inclusivas. Como dimensão política, são necessários conhecimento sobre as políticas públicas educacionais e articulação com a gestão escolar para garantir a efetividade e continuidade das ações. A revisão evidencia a importância da produção acadêmica se aproximar do cotidiano de trabalho, de modo a abordar práticas exitosas que orientem a prática de profissionais psicólogos, contribuindo para a *práxis* da Psicologia Escolar nessa nova etapa histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação profissional; Psicologia escolar; Revisão integrativa; Psicólogo escolar; Educação

ABSTRACT: The implementation of Law No. 13.935/2019, which provides for Psychology and Social Work services in public basic education, intensified the debate on the professional practice in School Psychology. This article aims to analyze information about the practices of school psychologists in public basic education networks published in scientific productions from 2019 onwards. Through an integrative literature review, 19 articles were selected and

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Graduada em Psicologia pela mesma instituição. Coordenadora do Núcleo de Experiência Discente da Afya - Faculdade de Medicina de Itajubá. Av. Renó Júnior, 368, São Vicente, Itajubá/MG. E-mail: luisamarcondesmonteiro@gmail.com

² Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2013). Professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). R. Padre João Pimentel, 80, Dom Bosco, São João del Rei/MG. E-mail: celsotondin@ufs.edu.br

analyzed in two stages: the first, regarding the general characteristics of the texts: location of the first author's institution, location of the journal's headquarters, year of publication of the article, theoretical references of the article, objective and type of research; and the second, regarding the practices of school psychologists, grouped, based on content analysis, into four categories: interventions with students, interventions with families, interventions with pedagogical teams, and political action. Stand out critical practices that prioritize collective actions, which promote student protagonism and the construction of bonds with the school community, as well as continuing training actions with pedagogical teams. Interventions with families were less frequent, and in these, dialogical and inclusive strategies should be used. As a political dimension, knowledge about public educational policies and articulation with school management are necessary to ensure the effectiveness and continuity of actions. The review highlights the importance of academic production approaching to approach the daily work, in order to address successful practices that guide the practice of psi professionals, contributing to the praxis of School Psychology in this new historical stage.

KEY-WORDS: Professional practice; School psychology; Integrative review; School psychologist; Education

1. INTRODUÇÃO

A produção científica no campo da Psicologia Escolar, de perspectiva crítica, é muito profícua desde a década de 1980. A partir da publicação da tese de Maria Helena Souza Patto, *Psicologia e ideologia: Uma introdução crítica à Psicologia Escolar*, em 1984, diversas(os) pesquisadoras(os), como, por exemplo, Antunes (2008), Meira (2003), B. Souza (2007) e Tanamachi (1997), se apropriaram do conceito fracasso escolar para discutir Educação e, sobretudo, para refletir sobre qual o lugar da Psicologia e de psicólogas(os) escolares nesse debate.

Ao criticarem o foco de trabalho de educadoras(os) e psicólogas(os) sobre os comportamentos indesejados e dificuldades de aprendizagem de estudantes, o denominado “aluno-problema”, deslocam o olhar para o processo de escolarização, identificando a escola, em sua relação com a sociedade como um todo, enquanto produtora de fracasso. Isso significa que, ao lidar com fenômenos que surgem no cotidiano escolar, é preciso considerar também os fatores psicossociais, institucionais, culturais, políticos e econômicos (Magalhães *et al.*, 2023). Essa crítica põe em xeque a Psicologia de perspectiva positivista que, por meio de práticas adaptacionistas, biologizantes e individualizantes se coloca no lugar de mantenedora de desigualdades construídas historicamente por um sistema político orientado pelo capital (M. P. Souza; Silva; Yamamoto, 2014).

É no bojo da redemocratização do Brasil e dos novos rumos³ da Psicologia Escolar que se dá o processo de mobilização e luta política, em aliança com o Serviço Social, para garantir a presença de psicólogas(os) e assistentes sociais no contexto educacional público. Na defesa do trabalho em equipe multiprofissional junto à comunidade escolar e em prol do direito à educação de todas as pessoas, após quase duas décadas de persistência e resistência, com diversas audiências públicas, votações, um veto presidencial e sua derrubada, aconteceu a aprovação do Projeto de Lei nº 3.688/2000 (Brasil, 2000), que veio a ser a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019). Iniciava-se uma nova etapa para a Psicologia Escolar e a Educação como um todo.

Ou seja, a partir de dezembro de 2019 temos um novo cenário para a Psicologia Escolar, tanto no “chão” da escola quanto no campo da pesquisa científica. Até então, muito se produziu sobre a importância da construção do trabalho da(o) psicóloga(o) na escola, a partir de uma perspectiva crítica (Patto, 2022 [1990]; Tanamachi; Meira, 2003); sobre queixas escolares (Paula; Tfouni, 2009; B. Souza, 2007); queixas escolares encaminhadas a outros setores públicos, como a assistência social (Magalhães, 2022), saúde (Labadessa; Lima, 2017) e serviços-escola dos cursos de Psicologia (Pinheiro *et al.*, 2020), entre outros. Agora, cada vez mais, as(os) profissionais estão chegando nas secretarias de educação para atuar diretamente nas escolas. Dessa forma, é de se esperar que a produção de conhecimento científico em Psicologia Escolar acompanhe e discuta a atuação a partir dessa nova realidade, de modo a identificar potencialidades e desafios dessa área, e pense intervenções pautadas no compromisso ético-político com uma educação inclusiva, plural e democrática.

Diante desse novo contexto de grande relevância para a Psicologia Escolar e para a Educação, surge a pergunta de pesquisa, respondida a partir de uma revisão integrativa de literatura: o que tem sido produzido por pesquisadoras(es) na área da Psicologia sobre atuação de psicólogas(os) nas escolas públicas, a partir aprovação da Lei nº 13.935/2019? Espera-se, com este estudo, compreender os caminhos que vêm sendo trilhados pela Psicologia junto a redes públicas de educação básica, identificando tendências, contribuições e dificuldades para a consolidação da atuação prevista na referida lei.

2. MÉTODO

³ Período histórico a partir dos anos 2000, em sequência ao período da crítica em Psicologia Escolar, que anunciava novos rumos para esse campo teórico-prático. Essa divisão histórica foi proposta por Barbosa (2011) em sua tese de doutorado.

Esta pesquisa tem como método a revisão integrativa, por tratar-se de um procedimento que permite a inclusão sistemática de estudos experimentais e não-experimentais, combinando dados teóricos e empíricos (M. T. Souza; Silva; Carvalho, 2010). Esse procedimento ajudou a determinar o conhecimento geral sobre a questão abordada na pesquisa – atuação em Psicologia Escolar na educação básica – ao identificar, analisar e sintetizar estudos sobre o mesmo tema em um processo de seis etapas (M. T. Souza; Silva; Carvalho, 2010), sendo elas: 1) identificação da lacuna a ser respondida; 2) busca do material junto à literatura e definição dos descritores e possíveis combinações; 3) coleta do material utilizando os critérios de inclusão/exclusão previamente definidos; 4) análise dos dados obtidos após o levantamento dos artigos; 5) discussão dos resultados; e 6) redação da revisão sistemática integrativa propriamente dita.

Utilizou-se como fonte de consulta os bancos de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS) e *Portal de periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior* (CAPES), por acumularem grandes índices de periódicos indexados. Com relação aos descritores, escolheu-se a combinação: psicologia escolar *and* atuação *and/or* prática, contida no título e/ou resumo da publicação para selecionar artigos científicos pertencentes à área do conhecimento da Psicologia, publicados entre 2019 (marco temporal da aprovação da Lei nº 13.935/2019) e março de 2024 (período da coleta de dados). Neste primeiro momento foram encontrados 191 artigos.

Foram excluídos artigos de revisão de literatura ou teóricos; produções referentes a práticas na educação superior, no ensino técnico, em escolas privadas, em estágios e programas de extensão e remotas. A exclusão de atividades desenvolvidas por projetos de universidades se justifica na medida em que se situam como intervenções pontuais, com início, meio e fim, representativas de uma pequena parte do todo da atuação da Psicologia Escolar, além de esses projetos serem colocados por vezes de forma substitutiva por prefeituras que não possuem o serviço. Aplicados esses critérios, restaram 19 produções para análise (Tabela 1), cujas informações foram organizadas em uma planilha *Excel*.

Os dados foram analisados em duas etapas: primeiramente, a partir das características gerais do material encontrado, a saber: localização da instituição da(o) primeira(o) autora(r), localização da sede do periódico, ano de publicação do artigo, referenciais teóricos do artigo, objetivo e tipo da pesquisa. Posteriormente, a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2000), as informações referentes às práticas de psicólogas(os) escolares foram agrupadas em quatro categorias: intervenções com estudantes, intervenções com famílias, intervenções com equipes pedagógicas, e atuação política. Ressalta-se que um mesmo artigo pode comparecer em diferentes categorias.

Tabela 1 - Relação dos artigos selecionados

Título	Autores	Ano de publicação	Periódico/ estado da federação
Práticas favorecedoras ao contexto escolar: Discutindo formação e atuação de psicólogos escolares	Lorena de Almeida Cavalcante, Fabíola de Sousa Braz Aquino	2019	Psico-USF/SP
Atuação do psicólogo escolar crítico frente às queixas escolares: As Assembleias escolares	Patricia Carla Silva do Vale Zucoloto, Laís Nunes Souto, Dionis Soares de Souza, Kalena Ellen dos Santos Ferraz, Gilberto Santos Lima, Maria Virgínia Machado Dazzani	2019	Revista de Psicologia da IMED/RS
Avaliação da importância e aplicabilidade de competências para psicólogos escolares e educacionais	Dielem Cristina Oliveira dos Santos, Aline Beckmann Menezes, Thiago Dias Costa	2019	Revista de Psicologia da IMED/RS
Psicologia Escolar no Ensino Médio público: O <i>rap</i> como mediação	Vera Lucia Trevisan de Souza, Maura Assad Pimenta Neves	2019	Revista de Psicologia da IMED/RS
A arte pede passagem: Em busca da desmedicalização da Educação	Camila Silva Marques Serrati, Anabela Almeida Costa e Santos Peretta	2019	Revista Práxis Educacional/BA
Atuação das psicólogas escolares no Sul e Sudoeste Goiano: Concepções e desafios	Renata Magalhães Naves, Silvia Maria Cintra da Silva	2020	Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia/MG
A dimensão subjetiva da profissão de psicólogo escolar: Desafios aos processos formativos	Cíntia de Araújo Matos, Maristela Martins Rossato	2020	Psicologia Escolar e Educacional/SP
Psicologia Escolar e relação família-escola: Um estudo sobre concepções profissionais	Jéssica Andrade de Albuquerque, Fabíola de Sousa Braz Aquino	2021	Psicologia em Pesquisa/MG
Psicologia Escolar e automutilação na adolescência: Relato de uma intervenção	Elen Alves dos Santos, Lúcia Helena Cavašin Zabotto Pulino, Beatriz Soares Ribeiro	2021	Psicologia Escolar e Educacional/SP

Atuação em Psicologia Escolar: Intervenções com profissionais sobre educação sexual	Fernanda Leite, Maria de Fátima Pereira Alberto, Denise Pereira dos Santos	2021	Psicologia Escolar e Educacional/SP
Psicólogas Piauienses em políticas educacionais: demandas e modelos de atendimento	Marcelly de Oliveira Barros, Fauston Negreiros, Leilanir de Sousa Carvalho	2022	Revista de Psicologia/CE
Psicóloga(o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil	Mara Dantas Pereira, Joilson Pereira da Silva	2022	Psicologia: Ciência e Profissão/DF
Reflexões sobre educação inclusiva: A perspectiva de psicólogas e psicólogos de Mato Grosso	Gessika Brasileira Macedo de Carvalho, Jane Teresinha Domingues Cotrin	2023	Interação em Psicologia/PR
Psicólogas(os) no Sistema Educacional de Boa Vista/Roraima: Concepções, Práticas e Desafios	Márcia Justino da Silva, Marilene Proença Rebello de Souza	2023	Psicologia: Ciência e Profissão/DF
Formação em Psicologia Escolar: Implicações para a Prática em Equipe Multiprofissional	Cláudia Luciene de Melo Silva, Fabíola de Sousa Braz Aquino	2023	Psicologia: Ciência e Profissão/DF
Uma década de atuação na rede municipal de educação: relato de experiência	Gisele Pessin	2023	Psicologia Escolar e Educacional/SP
A Expressão da Subjetividade na Atuação em Psicologia Escolar	Francisca Bonfim, Maristela Rossato	2023	Psicologia: Ciência e Profissão/DF
Tiros na Escola: Algumas Referências para a Psicologia na Assistência à Comunidade Escolar	Bruno Cervilieri Fedri	2023	Psicologia: Ciência e Profissão/DF
Princípios norteadores para a atuação do psicólogo escolar: uma análise documental	Patrícia Oliveira de Freitas, André Aron Pastore Dryzun, Eric Ferdinando Passone	2024	Revista Educar Mais/RS

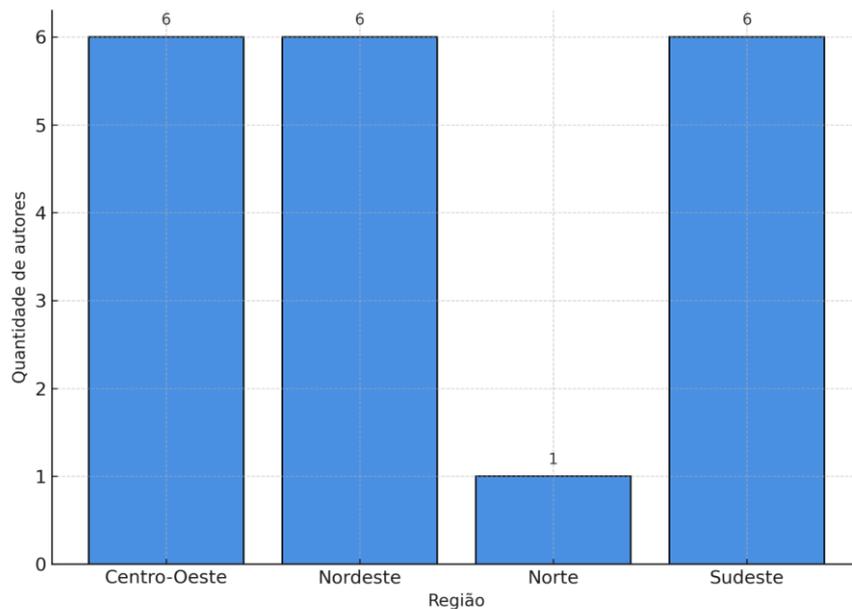
Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa realizada em 2025.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Características gerais dos artigos

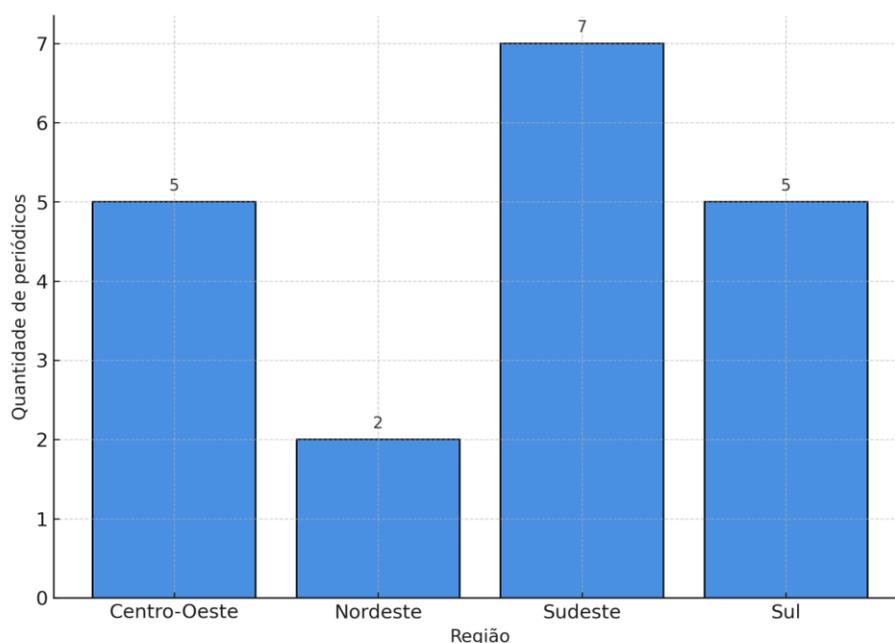
Com relação à localização da instituição da(o) primeira(o) autora(r), o Gráfico 1 identifica instituições do Nordeste (6), Centro-Oeste (6), Sudeste (6) e Norte (1). Em contrapartida, o Gráfico 2 evidencia que as publicações se concentram em periódicos do Sudeste (7), Centro-Oeste (5) e Sul (5), e somente duas em revistas do Nordeste e nenhuma no Norte. Dentre as revistas com mais publicações, tem-se: *Psicologia: Ciência e Profissão*, do Conselho Federal de Psicologia, com cinco dos 19 artigos, seguido da *Psicologia Escolar e Educacional*, da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), com quatro.

Gráfico 1 - Localização da instituição da(o) primeira(o) autora(r)



Fonte: elaboração própria com dados coletados na pesquisa de 2024.

Gráfico 2 - Localização da sede do periódico

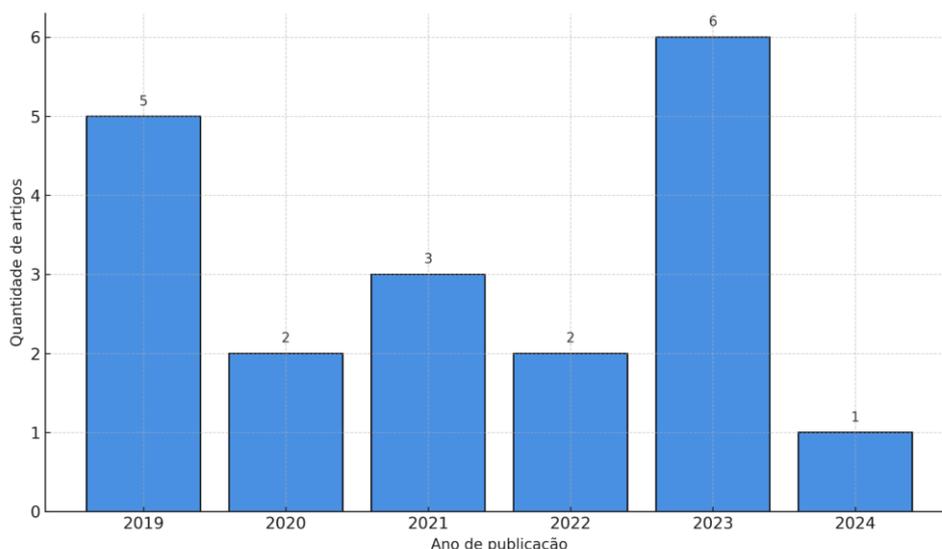


Fonte: elaboração própria com dados coletados na pesquisa de 2024.

Portanto, os locais das instituições das(os) primeiras(os) autoras(es) e das revistas científicas que publicaram os artigos nem sempre são correspondentes. Pode-se pensar que a ausência de publicações em periódicos da região Norte e a baixa presença de revistas do Nordeste, mesmo diante da produção significativa de autoras(es) vinculadas(os) a instituições dessas regiões, especialmente do Nordeste, evidencia desigualdades regionais na circulação e validação do conhecimento científico em Psicologia Escolar. A concentração das publicações em revistas sediadas no Sudeste, Sul e Centro-Oeste revela uma centralidade histórica dessas regiões no campo editorial da Psicologia. E, por isso, a escolha das(os) autoras(es) por revistas de outras regiões que não as das suas instituições pode refletir estratégias de busca de visibilidade e prestígio acadêmico, considerando fator de impacto, indexação e alcance nacional, o que contribui para o deslocamento simbólico da produção científica de contextos periféricos para centros mais consolidados. Se por um lado, esse movimento coloca os grandes centros acadêmicos para lerem produções regionais; por outro, reforça a invisibilização de revistas do Norte e Nordeste e dificulta a consolidação de espaços editoriais comprometidos com os saberes locais e as especificidades das práticas de psicólogas(os) escolares nessas regiões. Essa realidade convoca a reflexão sobre os critérios de legitimação do conhecimento na área e a necessidade de fortalecimento de periódicos comprometidos com a diversidade territorial da Psicologia Escolar brasileira.

Quanto ao ano de publicação do artigo, tem-se em ordem decrescente do número de artigos: 2023 (6), 2019 (5), 2021 (3), 2020 (2), 2022 (2) e 2024 (1), conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Ano de publicação do artigo



Fonte: elaboração própria com dados coletados na pesquisa de 2024.

De fato, 2019 foi um ano profícuo em publicações sobre a temática, talvez mobilizado pelo amplo debate, audiências públicas, entre outros eventos que trabalharam a temática de forma a destacar a importância dessa atuação e conquistar a aprovação da normativa que garante o serviço multidisciplinar nas redes públicas de educação básica, a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019). Por outro lado, devido ao ritmo do fluxo das publicações acadêmicas, é possível que os artigos publicados em 2019 tenham sido submetidos em anos anteriores. Bem como ao longo de 2024, ou seja, posteriormente à coleta de dados desta pesquisa, podem ter sido publicados outros artigos que se refiram a práticas de psicólogas(os) em escolas públicas.

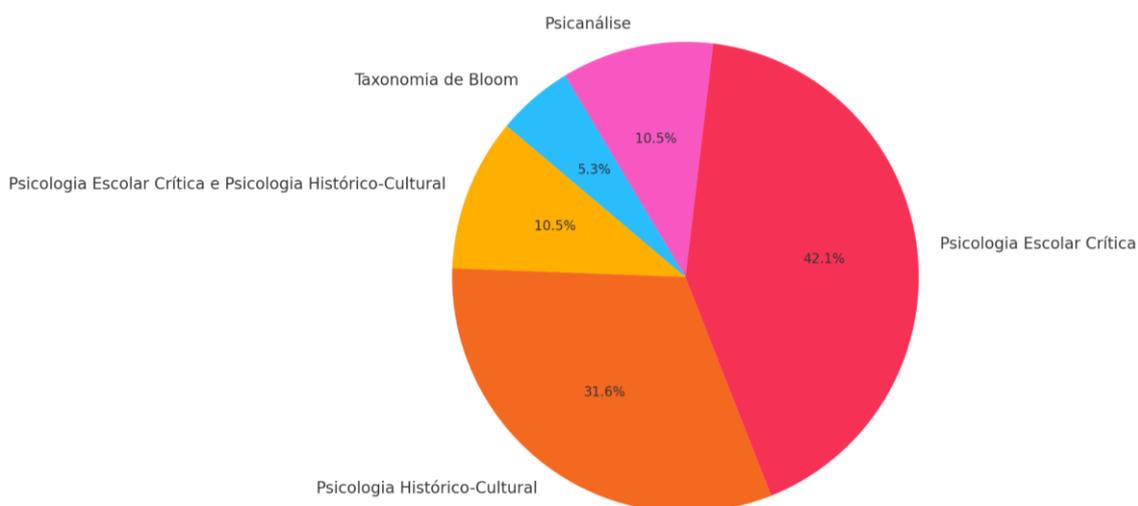
Também é preciso reconhecer que, logo após a aprovação da referida lei, o mundo passou por uma pandemia viral, resultando em modificações extremas nos modos de vida e nas relações interpessoais. Dessa forma, as escolas públicas brasileiras suspenderam as aulas presenciais e tentaram prestar assistência às (aos) estudantes de modo remoto. Nesse período, houveram inúmeras publicações sobre a educação em contexto pandêmico e seus impactos no processo de escolarização, bem como possíveis intervenções da Psicologia. Entretanto, por não se referirem ao tema central desta pesquisa, foram excluídos na etapa três da revisão.

Os referenciais teóricos das produções concentram-se em perspectivas críticas da Psicologia Escolar (8) ou na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski (6) ou ambas (2)⁴, conforme o gráfico 4. Também foram identificados três artigos com referenciais distintos: dois

⁴ Entende-se que teoricamente há diferenças entre essas correntes. Ademais, a classificação foi seguida pela própria denominação apresentada pelo artigo consultado.

baseados na Psicanálise e um no Cognitivismo. Ressalta-se que em alguns casos foi preciso identificar o referencial teórico a partir das(os) autoras(es) citadas(os) que embasam a discussão, de termos utilizados, ferramentas e/ou métodos, pois ele não está explicitado no resumo e/ou no corpo do texto. Essa característica já foi anteriormente constatada em outra pesquisa de revisão sistemática desenvolvida no campo da Psicologia Escolar, que buscava artigos que tinham como tema as queixas escolares (Monteiro *et al.*, no prelo). A lacuna de informações sobre os referenciais pode ser considerada uma dificuldade para estudos como este, de revisão de literatura, mas também para a leitura isolada dos trabalhos, pois a pessoa leitora não necessariamente consegue identificar qual o olhar teórico sobre o fenômeno investigado, o que é fundamental no campo teórico-prático de qualquer área científica e profissional. Apesar disso, pode-se concluir que há um predomínio das perspectivas de base materialista histórico-dialética no debate sobre atuação de psicólogas(os) escolares na rede pública de educação.

Gráfico 4 - Referenciais teóricos do artigo



Fonte:

elaboração própria com dados coletados na pesquisa de 2024.

Acerca dos objetivos das pesquisas, é possível dividi-las quanto ao foco temático. Os artigos que discutem Práticas e desafios da atuação profissional (6) têm como objetivo compreender a inserção de psicólogas(os) escolares no campo, analisando os desafios e contribuições de suas intervenções. Outro eixo temático são os relatos de experiência e/ou de intervenção (5), os quais têm por objetivo descrever uma ou mais experiências práticas específicas do contexto escolar em que a(o) autora(r) está inserida(o), por exemplo, oficinas com adolescentes e intervenções em situações de violência escolar. Há ainda os artigos que têm como foco a(o) própria(o) psicóloga(o) (3), com o objetivo de discutir a constituição subjetiva

dessa(e) profissional e a importância de processos de formação continuada ou analisar o perfil sociodemográfico e formativo das(os) profissionais, relacionando tais aspectos às suas práticas. Tem-se também o eixo de orientação a psicólogas(os) escolares (3), seja a partir de documentos oficiais ou instrumentos, sistematizando competências necessárias à prática psi. Por fim, há o eixo temático de artigos (2) que apresentam como objetivo mobilizar processos criativos para buscar a desmedicalização da educação a partir da utilização de estratégias artísticas.

Com relação aos tipos de pesquisa, 12 artigos referem-se a pesquisas de campo realizadas com psicólogas(os) escolares a partir, majoritariamente, de entrevistas; três referem-se a análises documentais de publicações oficiais do Conselho Federal de Psicologia, legislações e bancos de dados; e quatro apresentam relatos de experiência de psicólogas(os) escolares.

As pesquisas documentais (Barros; Negreiros; Sousa Carvalho, 2022; Freitas; Dryzun; Passone, 2024; Pereira; Silva, 2022) discutem acerca da fundamentação das práticas das(os) profissionais dessa área. Esses artigos retomam a proposta de Patto (2022 [1990]) de debruçar sobre os fundamentos da prática psicológica na Educação. Dentre as discussões abordadas, fundamentadas em documentos oficiais como o intitulado *Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) na Educação Básica* (Conselho Federal de Psicologia, 2019 [2013]), destaca-se a importância da atuação institucional, coletiva e contextualizada, em contraposição à atuação de modelo clínico.

Dentre as 12 pesquisas de campo, uma utilizou somente aplicação de questionários, duas foram realizadas a partir de entrevistas semiestruturadas combinando com uso de questionários e testes, quatro se valeram de entrevistas semiestruturadas (nas modalidades presencial ou remota) e cinco aconteceram junto a uma equipe ou a uma profissional, com intervenções pontuais com as(os) próprias(os) psicólogas(os) ou com a comunidade escolar – neste caso, atuando como psicólogas(os) escolares para discutir a implicação da prática desenvolvida.

As pesquisas selecionadas fornecem um panorama geral sobre a temática. Entretanto, pelo número de publicações de relato de experiência encontrado ainda são incipientes os estudos que se aprofundam no cotidiano de trabalho da Psicologia Escolar em contextos micro.

3.2 Como atuam as(os) psicólogas(os) escolares na educação básica pública?

3.2.1 Intervenções com estudantes

Algumas pesquisas (Cavalcante; Aquino, 2019; Naves; Silva, 2020; C. Silva; Aquino, 2023) identificam práticas profissionais fundamentadas em perspectivas não críticas voltadas para as(os) estudantes, representadas pelo uso constante de técnicas de avaliação psicológica,

intervenções voltadas para atendimento individual, entre outras. Por outro lado, há artigos que dissertam sobre projetos de intervenção coletivos para trabalhar temáticas diversas com discentes de diferentes idades, descritas a seguir.

Pessin (2023) recomenda a observação do cotidiano das escolas a fim de a(o) psicóloga(o) conhecer a dinâmica de cada instituição e o perfil das(os) estudantes para, a partir disso, planejar ações. Para as demandas relacionadas a laudos e pareceres sobre o desempenho das(os) alunas(os), a autora relata que escuta a demanda, analisa o caso de forma singular, mas promove estratégias de intervenção institucional que incluem a comunidade escolar de forma ativa, como o estabelecimento de uma relação mais próxima com professoras(es) e diretoras(es) para trabalhar temas como desmedicalização da escolarização, seja diretamente com a equipe multiprofissional ou a partir de eventos com convidadas(os) da rede (saúde e assistência social).

Conhecer as(os) estudantes e seus corpos também foi identificado por V. Souza e Neves (2019) como um passo importante para o planejamento de intervenções psi na escola. Ao ser identificada a preferência musical pelo *rap* por parte das(os) estudantes de uma escola, um projeto foi pensado em parceria com docentes com o objetivo de desenvolver, a partir do recurso artístico desse gênero musical, funções psicológicas superiores, como formação de conceitos, reflexão, pensamento e linguagem (Vigotski, 2001 [1934]), e promover interesse pelo conhecimento curricularizado. O uso de ferramentas artísticas no contexto educacional se apresenta com grande potencial, desde que marcado por uma intencionalidade que preze o desenvolvimento das(os) estudantes (V. Souza; Neves, 2019).

Há também ações que promovem o protagonismo estudantil. E. Santos *et al.* (2021) retratam uma intervenção grupal realizada com estudantes com queixa de “automutilação” (autolesão). A proposta envolvia rodas de conversa com encenações teatrais de forma que as(os) discentes pudessem atuar e dirigir cenas que envolvem temáticas de sofrimento na adolescência, buscando coletivamente estratégias de enfrentamento potencializadoras de protagonismo. Ou seja, uma demanda que poderia ser identificada, em uma perspectiva individualizante, como uma questão de saúde passível de encaminhamento, era trabalhada com a finalidade de criar espaços de “escuta ativa” com os sujeitos, reconhecendo seus sofrimentos e auxiliando nas estratégias de manifestá-los que não no corpo, mas por meio de grupos, diários, atividades artísticas, em “uma proposta de educação para a realidade” (E. Santos; Pulino; Ribeiro, 2021, p. 4).

Outra intervenção nessa perspectiva é a apresentada por Zucoloto *et al.* (2019). A partir da queixa de indisciplina de uma turma específica do ensino fundamental I, as pesquisadoras propuseram assembleias estudantis para que as(os) próprias(os) estudantes pudessem mediar

seus conflitos cotidianos e buscar soluções ao alcance delas(es), como protagonistas de seus processos de desenvolvimento. Zucoloto *et al.* (2019) salientam que o objetivo não era encontrar um consenso, mas trabalhar de forma democrática para que as crianças desenvolvam formas de lidar com a diversidade que se apresenta no meio social. Tais propostas interventivas vão ao encontro com concepções de Vigotski acerca do papel ativo e fundamental do próprio indivíduo em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem (Rego, 2014) e do papel pedagógico de auxiliar os sujeitos nesses processos, trabalhando na zona de desenvolvimento iminente (Vigotski, 2018[1931]), ou seja, naquelas atividades que as crianças e jovens ainda não conseguem realizar sozinhas(os).

3.2.2 *Intervenções com famílias*

Tal categoria é a menos explorada nos materiais analisados. Apesar de saber da importância da aproximação da família com a escola, uma vez que essa relação tem implicações no desenvolvimento das(os) estudantes, tal temática comparece apenas no artigo de Albuquerque e Aquino (2021). Uma justificativa para tal incipiência, apresentada pelas autoras, refere-se à posição em que a família é colocada, ora de culpabilização pelos fenômenos escolares ora pela ausência na vida escolar de suas (seus) filhas(os). Os documentos institucionais que as pesquisadoras acessaram tratam superficialmente o tema, pois colocam a integração escola e família como meta, mas não indicam projetos concretos para atingi-la.

Albuquerque e Aquino (2021) se debruçam sobre possibilidades de ação, destacando a utilização do instrumento da palavra (Vigotski, 2001[1934]) por parte das(os) psicólogas(os) para estabelecimento de relação com os pais, mães e/ou responsáveis, não em um sentido unidirecional (da escola para a família), mas pensando na dialética das relações sociais. Além disso, elencam iniciativas que permitem a equipe multiprofissional conhecer as famílias, a partir de questionários a serem preenchidos no ato da matrícula, convite para frequentarem a escola, realização de um fórum de pais que discuta os processos de desenvolvimento das crianças (Guzzo, 2018 *apud* Albuquerque; Aquino, 2021), projetos de leitura, de preservação de patrimônio público, de alimentação saudável, entre outros (Albuquerque; Aquino, 2021).

Em contextos de “emergências e desastres” decorrentes de ataques de pessoas armadas, como o ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano/SP, a atuação da Psicologia Escolar volta-se para a escuta e o acolhimento das vítimas e seus familiares (Fedri, 2023). Porém, a atuação se mantém com viés institucional, levando em conta os impactos e potenciais coletivos naquele território. Sendo assim, as rodas de conversa na escola se mostraram como uma intervenção profícua, pois além da Psicologia mediar os processos de

elaboração de luto coletivos e individuais, ela possibilitou também a ocupação e ressignificação do ambiente escolar e, assim, contribuiu para uma reflexão sobre cidadania e direitos (Fedri, 2023). Mais uma vez, a Psicologia Escolar se mostra como uma ferramenta potente de emancipação política.

3.2.3 Intervenções com equipes pedagógicas

No debate sobre a educação inclusiva, trabalhado por dois artigos que compõem esta revisão, identificou-se que ainda existem resistências e concepções capacitistas por parte das equipes pedagógicas, seja pela dificuldade em lidar com as mudanças relativamente recentes das legislações acerca da responsabilidade do “ensino regular” (escola comum) na escolarização de crianças com deficiência, seja por crenças capacitistas em um ensino individual e especializado (Carvalho; Cotrin, 2023). Nesse âmbito, a Psicologia Escolar pode atuar em reuniões com professoras(es), supervisoras(es) e diretoras(es) para promover orientação e formação continuada (Carvalho; Cotrin, 2023). O objetivo é apoiar a equipe escolar na compreensão sobre as responsabilidades pedagógicas e sociais e incentivar práticas que valorizem as potencialidades das crianças e ampliem as possibilidades de intervenção dentro do próprio ambiente escolar evitando, assim, encaminhamentos excessivos para a rede pública de saúde.

O plantão institucional, implementado na atuação de Pessin (2023), demonstrou ser um início frutífero de trabalho, pois acolhe as demandas de toda a comunidade escolar interessada em acionar a equipe multiprofissional. Tal projeto permite que essas demandas sejam encaradas de uma forma institucional na busca coletiva por possíveis intervenções, mas, por outro lado, torna necessário desenvolver uma escuta para não sustentar demandas que sejam “contrárias à ética profissional” (Pessin, 2023, p. 3) ou que não fazem parte da função da Psicologia Escolar, como as demandas clínicas.

Além disso, o trabalho com a equipe pedagógica pode ser pensado a partir de demandas que inicialmente poderiam ser interpretadas e remetidas para um trabalho direto com as(os) estudantes, como queixas de manifestação de comportamentos sexuais considerados inadequados (Leite; Alberto; Santos, 2021). Isto pois, após a escuta profissional e observação atenta, identificou-se que as estratégias utilizadas pela equipe diante do fenômeno eram de caráter punitivista. A temática foi trabalhada inicialmente nas reuniões pedagógicas mensais, pois é o momento em que todas(os) as(os) profissionais estão presentes e, na sequência, trabalhou-se separadamente, também com elas(es), as especificidades do tema para cada função desempenhada (professoras/es,icineiras/os e tutoras/es) e pelo nível diferenciado de

desenvolvimento das(os) estudantes envolvidas(os) (ensinos infantil e fundamental I). Instrumentalizar a equipe, trazendo saberes da Psicologia e da Educação sobre o desenvolvimento sexual em uma perspectiva social, afetiva, política, econômica e cultural, modifica a forma de olhar para a questão. Um dos resultados atingidos pelas autoras foi a possibilidade de auxiliar as(os) professoras(es) a incluírem essa temática no planejamento pedagógico e ser trabalhado com as(os) alunas(os).

Da mesma forma, a medicalização da infância, identificada por Serrati e Peretta (2019) em uma escola de educação infantil, foi trabalhada com o corpo de professoras a partir de encontros reflexivos que permitiram uma análise de suas práticas. O principal recurso utilizado foi a arte, a partir de vídeos, pinturas, músicas e poesias que incitavam o debate em cada encontro. A partir da manifestação de suas próprias subjetividades, foi possível às docentes identificarem padrões medicalizantes que fundamentam suas práticas e repensá-las, sendo a arte um meio que ajuda a “(re)pensar-se a própria vida” (Serrati; Peretta, 2019, p. 213) e, como consequência, repensar a função de educadora, demonstrando, assim, a potencialidade desse recurso como ferramenta na formação continuada de docentes.

Ademais, trabalhar com a classe de professoras(es) e mediar suas relações dentro da escola está em consonância com os princípios de uma Psicologia crítica e democrática (Barros; Negreiros; Sousa Carvalho, 2022), pois, conforme aponta-nos Pessin (2023), apoiar essas(es) trabalhadoras(es) em demandas relacionadas às suas condições de trabalho favorece a construção de cidadania e da noção dos próprios direitos.

3.2.4 Atuação política

Diversas(os) autoras(es) acessadas(os) nesta revisão pontuaram a importância de conhecer as leis que instituem políticas públicas do âmbito nacional ao âmbito municipal (Albuquerque; Aquino, 2021; Carvalho; Cotrin, 2023), bem como documentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que fundamentam a atuação no contexto escolar (Freitas; Dryzun; Passone, 2024). Isso porque a Psicologia Escolar tem um papel político em sua atuação, comprometida ética e socialmente com uma educação qualitativamente superior. Essa posição já é reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) - no tocante à elaboração de projetos político pedagógicos (PPP), pois, conforme Albuquerque e Aquino (2021):

estabelece que a escola tem como responsabilidade a elaboração e a execução da sua proposta pedagógica, respeitando as normas comuns e as do seu sistema educacional, e determina que os docentes e profissionais da educação devem participar da elaboração do projeto pedagógico do estabelecimento de ensino,

com a colaboração das comunidades escolar e local, por meio de conselhos escolares (p. 11-12).

Ou seja, as(os) psicólogas(os) escolares, enquanto profissionais da educação, têm (ou poderiam ter) participação fundamental na elaboração desses documentos, no que concerne aos conhecimentos do seu campo de trabalho. O foco do trabalho da Psicologia Escolar é o encontro do sujeito com a educação (Meira, 2003), na busca pela garantia do direito fundamental à educação (Freitas; Dryzun; Passone, 2024; Pessin, 2023), com o objetivo em comum com as(os) demais profissionais da escola de favorecimento dos processos de desenvolvimento e aprendizagem das(os) estudantes.

Entretanto, colocam-se dois desafios para essa atuação. O primeiro diz respeito aos processos de formação das(os) profissionais da Psicologia, devido a cursos de graduação que não favorecem a aprendizagem da Psicologia Escolar em conformidade com seu papel crítico e político, diferenciando-a da área clínica (Cavalcante; Aquino, 2019), assim como o que foi majoritariamente encontrado por C. Silva e Aquino (2023) em profissionais formadas(os) anteriormente às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Psicologia e/ou por uma formação defasada em relação ao estudo sobre as políticas públicas educacionais.

O segundo desafio refere-se à não compreensão, por parte de equipes pedagógicas e de gestoras(es) da educação, acerca do papel das(os) psicólogas(os) como partícipes de decisões do âmbito educacional (Bomfim; Rossato, 2023; Carvalho; Cotrin, 2023; Naves; Silva, 2020; Pessin, 2023), o que gera conflitos que interferem na atuação da equipe multidisciplinar prevista na Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019). As consequências desse fato se apresentam de modo paradoxal, já que o próprio distanciamento das(os) profissionais da Psicologia Escolar na construção de documentos institucionais impede que sejam formalizadas as atribuições e funções desse campo do conhecimento no contexto educacional.

Dessa forma, o serviço de equipe multiprofissional por vezes fica sujeito aos interesses de gestão, sofrendo alterações no quadro de funcionárias(os), estrutura física, entre outros (Naves; Silva 2020), o que impacta diretamente no desenvolvimento do trabalho. A psicóloga participante da pesquisa de Naves e Silva (2020) buscou trabalhar com gestão, professoras(es) e demais funcionárias(os) da escola a conscientização sobre o foco do trabalho institucional e coletivo da Psicologia Escolar, tornando-as(os) aliadas(os) do trabalho dela e fortalecendo suas possibilidades de ação.

Por fim, para pensar a atuação de profissionais é preciso considerar o papel da formação subjetiva das(os) mesmas(es) e de quais formas exercem influência sobre suas atuações

(Bonfim; Rossato, 2023; Matos; Rossato, 2020). Essas pesquisas visam identificar de que forma cada profissional se relaciona com a Psicologia e como construiu suas concepções escolares, para promover reflexões e construção de práticas mais emancipatórias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados evidenciam informações relevantes sobre a Psicologia Escolar em redes públicas de educação, com destaque para a predominância de artigos que discutem a atuação profissional a partir de referenciais teóricos críticos e de base histórico-cultural. Embora haja um número crescente de publicações sobre a atuação de psicólogas(os) escolares na rede pública, ainda há uma carência de estudos aprofundados sobre as práticas cotidianas dessas(es) profissionais. A predominância desses referenciais e a concentração das publicações em revistas da região Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país refletem a importância desse campo em expansão, mas também evidenciam a necessidade de ampliação do número de periódicos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Os exemplos de práticas exitosas a partir de publicações de relatos de experiência podem favorecer a formação das(os) profissionais psi e auxiliar na construção de suas práticas. Não como uma replicação de ações, mas como indicativo de caminhos possíveis para conhecer os territórios, os corpos das(os) alunas(os), suas famílias e demais sujeitos da comunidade escolar em seu cotidiano (Naves; Silva, 2020). O mapeamento e levantamento de demandas (Freitas; Dryzun; Passone, 2024; Pessin, 2023) são fundamentais para uma práxis contextualizada e potente. Dessa forma, rompe-se com a primazia da técnica em detrimento da prática, em uma relação dialética de transformação entre elas. Essa perspectiva pode contribuir para que mais profissionais do “chão” da escola compartilhem em publicações científicas o conhecimento construído em seu cotidiano, bem como motivar que as pesquisas da área se desenvolvam cada vez mais próximas da realidade escolar.

É fundamental que novos estudos de revisão de literatura sejam realizados, pois o campo está em constante evolução. A contínua publicação de artigos sobre a atuação de psicólogas(os) escolares na educação básica exigirá o acompanhamento das tendências e práticas emergentes, contribuindo para uma compreensão mais robusta e atualizada sobre essa área. Tais estudos poderão fornecer subsídios valiosos para o desenvolvimento de políticas públicas, formação profissional (inicial e continuada) e estratégias de intervenção mais eficazes, alinhadas com as necessidades concretas das comunidades escolares.

De forma geral, esta revisão bibliográfica permitiu identificar que o exercício de reflexão acerca da atuação profissional é fundamental e favorece transformações no próprio

sujeito psi bem como no contexto em que está inserido, pois concorda-se com Patto, que afirmou em uma entrevista: “os psicólogos precisam é pensar seu próprio pensamento criticamente” (Viotto Filho; Salomão; Viégas, 2024, p. 5). Isto pois, é na relação com o mundo, sendo produto e produtora(r) de efeitos, que se torna possível a apreensão do mesmo (Vigotski, 2018[1931]). Afinal, a práxis é uma construção coletiva da teoria e da prática, em que uma transforma a outra a partir de sua materialização no cotidiano.

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A.; AQUINO, F. S. B. Psicologia escolar e relação família-escola: um estudo sobre concepções profissionais. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.29033>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/29033>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BARBOSA, Deborah Rosaria. **Estudos para uma história da psicologia educacional e escolar no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.47.2011.tde-22072011-163136. Acesso em: 14 abr. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARROS, M. de O.; NEGREIROS, F.; SOUSA CARVALHO, L. Psicólogas piauienses em Políticas Educacionais: demandas e modelos de atendimento. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 106-121, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.13.2.2022.8>. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/71498/226242>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BONFIM, F.; ROSSATO, M. A Expressão da subjetividade na atuação em Psicologia Escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, e246666, p. 1-6, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003246666>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bC5t9Tsb7gmFpt8NybbCV7c/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3688/2000**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Autor: José Carlos Elias. Apresentado em 31 out. 2000. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República: Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARVALHO, G.; COTRIN, J. Reflexões sobre educação inclusiva: a perspectiva de psicólogas e psicólogos de Mato Grosso. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 51-61, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v27i1.91190>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/91190>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CAVALCANTE, L. de A.; AQUINO, F. de S. B. Práticas Favorecedoras ao contexto escolar: discutindo formação e atuação de psicólogos escolares. **Psico-USF**, Itatiba, v. 24, n. 1, p. 119-130, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240110>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/QfVbj36QsW37WJhPPk8YwFy/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019 [2013]. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

FEDRI, B. C. Tiros na escola: algumas referências para a psicologia na assistência à comunidade escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, p. 1-12, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003250370>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vTnrtRn3w6VH84mSfVCbK7B/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FREITAS, P. O. de; DRYZUN, A. A. P.; PASSONE, E. F. Princípios norteadores para a atuação do psicólogo escolar: uma análise documental. **Revista Educar Mais**, Joinville, v. 8, p. 145-157, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15536/reducarmais.8.2024.3663>. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3663>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LABADESSA, V. M.; LIMA, V. A. A. de. Queixa escolar: repercussões na escola a partir do atendimento psicológico. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 369-377, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702131116>. SciELO Brasil+1SciELO Brasil+1 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/p9dHjLmtHyqZYDSPZxsgdqm/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

LEITE, F.; ALBERTO, M. de F. P.; SANTOS, D. P. dos. Atuação em psicologia escolar: intervenções com profissionais sobre educação sexual. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 25, e231489, p. 1-4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021231489>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/DxvWdFqcGGtLb43v6KvTZwG/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MAGALHÃES, D. D. H. **Entrelinhas da produção de queixas escolares e o diálogo escola-CRAS: um encontro com Don Quixote**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2022. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/DISSERTACAO-DERUCHETTE-SUPRIMIDA.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MAGALHÃES, D. D. H.; TONDIN, C. F.; BARBOSA, D. R.; MONIZ, L. C.; SILVA, R. B. Pesquisa bibliográfica sobre práticas em Psicologia Educacional e Escolar em Minas Gerais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 16, n. 3, p. e20075, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202316e20075>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/gerais/article/view/49166>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MATOS, C. de A.; ROSSATO, M. M. A dimensão subjetiva da profissão de psicólogo escolar: desafios aos processos formativos. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 24, p. e220140, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020220140>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/mLxgctNn39njHxpjMvKVjyg/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MEIRA, M. E. M. Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-Histórica. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. (Org.). **Psicologia Escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 13-77.

MONTEIRO, L. M. S.; ELIAS, A. G. P.; MAGALHÃES, D. D. H.; TONDIN, C. F. Queixa escolar: uma revisão integrativa em artigos publicados na plataforma SciELO. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. No prelo

NAVES, R. M.; SILVA, S. M. C. Atuação das psicólogas escolares no Sul e Sudoeste Goiano: concepções e desafios. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36298/gerais202013e15167>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000300008. Acesso em: 16 abr. 2025.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 5. ed. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022 [1990].

PAULA, F. S.; TFOUNI, L. V. A persistência do fracasso escolar: desigualdade e ideologia. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 117-127, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203014923012.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PEREIRA, M. D.; SILVA, J. P. Psicóloga(o) escolar na educação inclusiva: contribuições e perspectivas da profissão no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, p. 1-15, 2022. e263525. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263525>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cjfishVKNBtBbHNtbWjcK36t/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PESSIN, G. Uma década de atuação na rede municipal de educação: relato de experiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 27, p. 1-4, 2023. e250226. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-23250226>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/crXsrctc4D3smkDSsYDhCRp/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PINHEIRO, S. N. S.; COUTO, M. L. de O.; CARVALHO, H. C. W. de; PINHEIRO, H. S. Fracasso escolar: naturalização ou construção histórico-cultural? **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 32, n. 1, p. 82-90, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v32i1/5698>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/6mPzWW4x6dBwK8PHK9Zb8Yp/>. Acesso em: 17 maio 2025.

REGO, T. C. **Vigotski: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, D. C. O. dos; MENEZES, A. B.; COSTA, T. D. Avaliação da importância e aplicabilidade de competências para psicólogos escolares e educacionais. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 66-82, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3023>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3023>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SANTOS, E. A.; PULINO, L. H. C. Z.; RIBEIRO, B. S. Psicologia escolar e automutilação na adolescência: relato de uma intervenção. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 25, 2021. e225761. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021225761>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/xLhG6DdYmvq5CQKtPpFqCpF/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SERRATI, C. S. M.; PERETTA, A. A. C. S. A arte pede passagem: em busca da desmedicalização da educação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 36, p. 202-223, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i36.5865>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6954/695478688010.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, C. L. de M.; AQUINO, F. de S. B. Formação em psicologia escolar: implicações para a prática em equipe multiprofissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, p. 1-16, 2023. e265125. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003265125>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/xTpCT67Dbp4bMkPTdSpckYP/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, M. J. da; SOUZA, M. P. R. de. Psicólogos(os) no sistema educacional de Boa Vista/Roraima: concepções, práticas e desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, p. 1-18, 2023. e244202. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003244202>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TVTRWwHGLSBnwWB4Jqp75Xp/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SOUZA, B. P. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SOUZA, M. P. R.; SILVA, S. M. C.; YAMAMOTO, K. (Orgs.). **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>. Disponível: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en>. Acesso em: 16 abr. 2025.

SOUZA, V. L. T. de; NEVES, M. A. P. Psicologia escolar no ensino médio público: o *rap* como mediação. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 6-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.2986>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/2986>. Acesso em: 16 abr. 2025.

TANAMACHI, E. R.; MEIRA, M. E. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. In: MEIRA, M. E.; ANTUNES, M. A. (Orgs.). **Psicologia escolar: práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 11-62.

TANAMACHI, E. R. **Visão crítica de educação e de psicologia: elementos para a construção de uma visão crítica de psicologia escolar**. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001 [1934].

VIGOTSKI, L. S. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedagogia**. Tradução e organização de Z. Prestes, E. Tunes e C. Costa. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018 [1931].

VIOTTO FILHO, I. A. T.; SALOMÃO, F. R.; VIÉGAS, L. DE S. Entrevista com Maria Helena Souza Patto. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 28, p. e259163, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392024-259163>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/B5ntjPWzNd6TNQsGjbZGzpD/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

ZUCOLOTO, P. C. S. V.; SOUTO, L. N.; SOUZA, D. S.; FERRAZ, K. E. S.; LIMA, G. S.; DAZZANI, M. V. M. Atuação do psicólogo escolar crítico frente às queixas escolares: as assembleias escolares. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 217-232, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3039>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/3039>. Acesso em: 16 abr. 2025